

Carta de Intenções do Coletivo de Gestão Democrática

A Gestão democrática representa uma grande aliada no desenvolvimento da educação pública no horizonte da qualidade e da equidade. A escola pública tem por origem na garantia da cidadania ser para todos e todas oferecendo oportunidades emancipatórias diante da grande diversidade que por ela adentra. Para isso, ela precisa que a democracia faça frente em todas as suas manifestações.

Gestores e gestoras articulam o exercício democrático dentro da escola e para isso precisam que o princípio da autonomia seja a base das regulamentações da rede pública de ensino. Não só um princípio, mas a participação na construção pedagógica/administrativa das unidades de ensino é um direito da comunidade escolar representada por sua gestão.

Diante dessa função das direções escolares e sendo a entidade representativa da categoria do Magistério no DF, o Sindicato dos Professores na defesa da autonomia escolar frente à gestão democrática reconhece a gestão escolar como parte de um coletivo unísono no direito à participação e construção de uma escola para e com a comunidade.

Estar à frente dessa função tão importante para a educação pública requer, além da autonomia, segurança e proteção. Pois, o serviço público apresenta constantes adversidades e influências externas que podem trazer vulnerabilidades para suas lideranças. Ações coletivas enfrentam com mais poder e êxito às adversidades e imposições que ferem a democracia. Por isso, um coletivo de gestão democrática do Sinpro DF com Gestores e Gestoras das escolas públicas se faz necessário com vistas à segurança de professores e professoras, orientadores e orientadoras envolvidos na valorosa missão de gestão escolar na educação pública.

A educação, como toda forma de interação social, está em rápida transformação. Não apenas pela pandemia da Covid-19, mas mesmo antes disso, as tecnologias aos poucos estavam tomando parte das formas de comunicação das pessoas em todo o mundo. O que a pandemia acelerou foi a apropriação da tecnologia a bens e serviços oferecidos pelo estado.

Por isso, não basta executar as tarefas administrativas e atuar pela gestão democrática virtualmente isolados cada um na sua escola. A troca dos desafios enfrentados e a construção coletiva para o fortalecimento dos princípios da gestão democrática é o caminho para atuação protagonista da escola nas mudanças impostas. Não só agora, mas em todo o tempo, pois a sociedade está em constante transformação.

Nesse cenário, a Gestão escolar pertence a um espaço importante e estratégico não só para realizar o papel social da escola, mas também para representar a educação na iminente reestruturação do Estado diante das possíveis formas de oferta dos serviços públicos.

Faz-se urgente a defesa intransigente da Lei de Gestão Democrática Nº 4.751/2012, do Plano Distrital de Educação instituído pela Lei nº 5.499/2015, do Currículo em Movimento da Educação Básica, além da Lei 6.023/2017 que instituiu o Programa de Descentralização Financeira – PDAF.

Criado com o intuito de promover a autonomia das escolas, contribuindo com a melhoria da qualidade de ensino e o fortalecimento da gestão democrática, o PDAF não é apenas uma fonte de recursos, mas uma política educacional para garantir qualidade na

educação pública e uma efetiva descentralização e democratização dos recursos públicos destinados às escolas. Esse coletivo quer balizar a valorização do espaço público e a garantia de recursos necessários para a educação pública recuperando o valor não só monetário, mas o valor social do PDAF no enfrentamento das desigualdades sociais cada dia mais acirradas no DF e enfrentadas por diretores e diretoras da gestão escolar.

As escolas públicas não devem ser vítimas desse contexto de desigualdade que hoje está potencializado pela pandemia e o ensino mediado por tecnologias. Não é possível desconsiderar na rede pública de ensino a diferença econômica entre as escolas, entre as comunidades onde estão inseridas e suas necessidades.

O PDAF não pode ser utilizado para a geração de uma lógica clientelista, de apadrinhamentos e submissão da escola tanto ao poder político quanto ao econômico. Fazendo com que a educação sobreviva sob o jugo de quem a patrocina. Descaracterizando por completo os objetivos fundantes da descentralização financeira para instituições de ensino públicas, autônomas e democraticamente regidas pela comunidade escolar.

Esse Coletivo de Gestão Democrática propõe inserir a educação pública através dos profissionais, estudantes e suas famílias devidamente representados pela gestão escolar na estrutura do estado para atuação diante das transformações que ocorrem em toda a sociedade com vistas à democracia e equidade, pois sem essas dimensões de justiça social, a população que precisa da escola pública sofrerá ainda mais com exclusão social. Portanto, Gestão Escolar e Sinpro DF fundam o Coletivo da Gestão Democrática pela inclusão social na Educação Pública do Distrito Federal fortalecendo a gestão escolar.

Coletivo de Gestão Democrática